

Jornal “O Cachoeirano” e o debate político no Espírito Santo da Primeira República (1887-1909)

Adilson Silva Santos

Centro Universitário São Camilo
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo – Brasil
adilsonsilvasantos8@gmail.com

Resumo: *O Cachoeirano* foi um periódico de Cachoeiro de Itapemirim durante a Primeira República e constitui uma importante fonte para o estudo da História Política do Espírito Santo. Durante boa parte de sua vigência, foi porta-voz da orientação política assumida por seu mais ilustre redator-chefe: Bernardo Horta de Araújo. O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória desse jornal como espaço político no período em que Bernardo Horta foi seu redator, destacando sua linguagem, alguns dos principais temas nele discutidos, bem como seu valor como fonte histórica. A hipótese levantada é a de que a trajetória do jornal se confunde com a de Bernardo Horta e seguirá a mesma direção tomada por ele ao longo de sua carreira política.

Palavras – Chave: Nova História Política; *O Cachoeirano*; Primeira República.

Introdução: A Nova História Política

A História Política experimentou significativas transformações durante o século XX e figura como uma importante tendência historiográfica no limiar do século XXI. Ela se desenvolveu a partir do século XIX, à custa de uma abordagem factual, linear, centrada no Estado, nos reis, nos grandes homens, na utilização de fontes oficiais. Para Rémond (2003, p.18),

(...) essa história incorria ainda no erro de cair no idealismo. Por desconhecer as forças profundas e as causas ocultas, e ignorar as necessidades e os mecanismos, ela imaginava que as vontades pessoais dirigem o curso das coisas, e às vezes levava mesmo a cegueira até ao ponto de acreditar que as ideias conduzem o mundo.

A Escola dos *Annales*, movimento ocorrido na França no fim da década de 1920, transformou a escrita da História, propondo mudanças profundas na abordagem

historiográfica, no uso das fontes e das metodologias. Defendia também o diálogo da História com outras ciências humanas e sociais, cujo objetivo era amplificar o raio de ação do historiador. Assim, a Escola rejeitou a História Política por achá-la obsoleta, arcaica, desusada, priorizando as análises econômicas e sociais.

Entretanto, a partir da década de 1970, a história política ressurgiu como uma Nova História Política. A partir daí, segundo Falcon (1997, p. 76):

O estudo do político vai compreender (...) não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Renovada tanto no que se refere a questões metodológicas, diálogo com outras ciências, linguagem, abordagens, novos problemas, novos objetos, estudo do poder e suas manifestações em todas as esferas sociais, a Nova História Política ampliou a utilização das fontes, passando por uma importante transformação não apenas nos tipos de fontes, mas em sua origem e qualidade.

A compreensão do duplo sentido da fonte, como testemunho e discurso, foi ampliada considerando as novas perspectivas historiográficas criadas pela Nova História Política. Consequentemente,

(...) trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou no inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa (RÉMOND, 2003, p. 36).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar a trajetória do jornal *O Cachoeirano*, no período em que Bernardo Horta foi seu redator, destacando sua linguagem, alguns dos principais temas nele discutidos, bem como seu valor como fonte histórica para a Nova História Política. A hipótese levantada é a de que a trajetória do jornal se confunde com a de Bernardo Horta e seguirá a mesma direção tomada por ele ao longo de sua carreira política.

O Cachoeirano: um breve histórico

O jornal *O Cachoeirano* teve sua primeira publicação em 7 de janeiro de 1877¹ e foi fundado por Luiz de Loyola e Silva, comerciante, casado com D. Rosa dos Santos que era da região de Itapemirim. Filho do capitão Ignácio de Loyola e Silva, oriundo de Benevente, foi um dos primeiros habitantes de Cachoeiro, depois de ter sido administrador da fazenda Muqui, de propriedade do Barão de Itapemirim (MARINS, 1920, p. 152-153; 167).

João de Loyola e Silva, irmão de Luiz, foi também um dos proprietários desse jornal durante muitos anos, além de chefe de redação. Era professor, jornalista, redator do jornal, membro de várias associações literárias da localidade e secretário da Câmara Municipal durante a presidência de Gil Goulart. Entre outras funções, foi membro ativo da propaganda e do movimento republicano no Espírito Santo, ao lado de Bernardo Horta de Araújo e Antônio Aguirre, e subsecretário do clube republicano de Cachoeiro (MARINS, 1920, p. 178). De acordo com Martinuzzo (2005, p. 32), “aos 23 de fevereiro de 1879, (*O Cachoeirano*) completou o segundo ano e paralisou sua publicação. Reapareceu em 15 de junho”.

A história do jornal é bastante interessante, uma vez que reflete a trajetória tanto de Bernardo Horta, conforme se verificará ao longo deste texto, quanto do próprio movimento republicano e da República no Espírito Santo. Reflete ainda as alianças, desavenças, crises, conciliações, acordos e dissidências desse período.

Até a cisão entre os republicanos espírito-santenses, em maio de 1890, *O Cachoeirano* era um “órgão do partido republicano”, “órgão imparcial” (1881), “órgão dos interesses gerais”, conforme se verifica em suas primeiras páginas, logo abaixo de seu nome. Segundo Martinuzzo (2005, p. 32), o jornal “tornou-se órgão republicano a partir de 29 de julho de 1888, sob redação do Dr. Antonio Gomes Aguirre e do farmacêutico Bernardo Horta, que já faziam parte da redação”. Depois dessa data, a partir de 15 de junho de 1890, ele passa a ser o órgão oficial do Clube Republicano 4 de Maio e, em seguida, da União Republicana Espírito-Santense, partido de oposição criado no mesmo ano. Para uma melhor compreensão dessa mudança de posição do jornal, é preciso uma breve apresentação do cenário político capixaba nesse período.

Os republicanos espírito-santenses mantiveram-se unidos, apesar das divergências entre eles, que é fruto do ideal de República que cada um defendia, de questões ideológicas, de interesses e da luta pelo poder, assim como da maneira como

¹ Para maiores informações ler MARINS, Antônio. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro: 1920, p. 89.

cada grupo via o modelo do novo regime que deveria ser implantado no estado. Nessa perspectiva, segundo Saletto (2008, p. 5-6),

(...) Bernardo Horta e Antônio Aguirre convocaram um Congresso do partido (...), para o qual atraíram lideranças de outros partidos, chegando a dar algumas delas lugar no diretório então eleito (...). O resultado do congresso foi a derrota dos republicanos de Cachoeiro: Horta e Aguirre não foram eleitos para o diretório e, como numa reunião prévia ficara combinado, por sugestão do próprio Horta, que só seriam vice-governadores os membros do diretório, os dois pediram demissão de seus cargos, ou seja, foram alijados do controle do partido e do governo.

Ao serem alijados do poder e do partido, Horta e Aguirre passaram à oposição e refundaram o clube republicano, agora como Clube Republicano 4 de Maio. Em consequência disso, o jornal *O Cachoeirano*, que era porta-voz do governo Afonso Cláudio na região até aquele momento, passa a fazer pesada oposição a ele e à oligarquia que o apoia, seguindo o mesmo posicionamento de seus redatores, Horta e Aguirre. A Intendência Municipal presidida por Novaes Mello, nomeada por Afonso Cláudio em substituição à primeira, rescinde o contrato do governo municipal com *O Cachoeirano*, desdobramento natural da situação política do momento. Sendo órgão desse clube, passou a ser redatoriado por Lydio Mariano, José Feliciano Horta de Araújo e Custódio Maia, Leopoldo Lima, além de Bernardo Horta (MARTINUZZO, 2005).

Da cisão dos republicanos capixabas surgiram dois partidos políticos: o Partido Republicano Construtor, de situação, liderado por Moniz Freire, Afonso Cláudio, Torquato Moreira entre outros; a União Republicana Espírito-Santense, de oposição, em cujas fileiras estavam o Barão de Monjardim, Bernardo Horta, Antônio Aguirre, entre outros². *O Cachoeirano*, então, transforma-se em um órgão da União Republicana, partindo para o ataque contra o presidente do estado e seus aliados (SALETTTO, 2005).

É importante ressaltar que os jornais que circularam no Espírito Santo nessa época assumem, sem nenhuma restrição, uma posição política clara: eram órgãos do(s) partido(s), assim como postulavam como oposição ou situação, dependendo de qual era a situação do grupo que o comandava no momento. Por um lado, isso facilita o trabalho do historiador, que consegue verificar, sem dificuldade, a tendência e a posição do jornal; por outro lado, é preciso um grande cuidado para não assumir seu discurso

² Sobre os detalhes da composição desses partidos, ver SALETTTO, 2005, p. 3-4.

como verdade única, buscando sempre confrontar as informações desses periódicos com outras fontes disponíveis, para que a análise não fique turva, equivocada, superficial e unilateral. Deve-se ressaltar que tanto oposição quanto situação tinham seu jornal pelos quais faziam seus porta-vozes. Isso facilita o confronto de informações, pois quase sempre é possível o contraponto.

Da criação da União Republicana Espírito-Santense, partido que se dissolveu unindo-se ao Partido Republicano Federal³, até sua adesão ao Partido Construtor Autonomista⁴, em 1899, Bernardo Horta esteve na oposição exercendo cargos políticos restritos ao âmbito municipal, além da redação de *O Cachoeirano*⁵. Como não poderia ser diferente, o jornal também passou da oposição à situação, apoiando a candidatura de Moniz Freire ao governo estadual pela segunda vez, mesmo caminho seguido por Horta, sendo, agora, porta-voz do Partido Construtor. Uma mostra desse apoio a Freire pode ser verificada quando do término de seu mandato, quando afirma:

seríamos suspeitos para tecer louvores ao governo cujo mandato vae terminando. (...) O município de Cachoeiro de Itapemirim vio operar-se nestes quatro annos próximos, na sua sede, como em vários pontos do seu território, transformações que se traduzem em reaes melhoramentos públicos, bem perceptíveis ao olhar do observador (*O Cachoeirano* 22/05/1904).

Essa situação será modificada no governo seguinte, quando o Partido Construtor Autonomista e o estado serão alvo da mais séria crise política desde o início da República. Henrique Coutinho, presidente estadual que recebeu o governo das mãos de Moniz Freire, recusou-se a aceitar a indicação pelo líder do partido, Moniz Freire, de dois candidatos ao governo municipal de Vitória, desencadeando uma crise tão aguda que “(...) resultou em um pedido de impeachment do governador, pedido rejeitado sob alegação (...) de que era inconstitucional” (SANTOS, 2009, p. 91). Além disso, a maior parte da bancada federal e dos deputados estaduais ficou do lado de Moniz.

³ Segundo Souza (1980, 178), o PRF procurou abrigar a maioria maciça dos blocos estaduais numa tentativa de resolver o problema da instabilidade do regime federativo. Foi a primeira tentativa de se criar um partido em âmbito nacional na República.

⁴ Sobre os partidos políticos existentes no Espírito Santo na Primeira República, remeto os leitores a SALETTO, Nara. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República*, 2005. (inédito)

⁵ Para maiores informações sobre essa mudança de partido de Bernardo Horta remeto os leitores a SANTOS, Adilson Silva. *Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)*. Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2009, 142 páginas, p. 71-75 ; e SALETTO, Nara. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República*, 2005. (inédito), p. 14.

Tanto *O Cachoeirano* quanto Horta, que, à época, exercia o cargo de deputado federal, posição conquistada após aliança com a oligarquia estadual e a adesão ao Partido Construtor Autonomista, ficam do lado de Moniz Freire, passando a se opor a Henrique Coutinho. Segundo a oposição, *O Cachoeirano* teria sido, inclusive, empastelado e, de acordo com Santos (2009, p. 93), esse assunto "(...) foi tema de discurso proferido por Bernardo Horta na Câmara de Deputados repudiando essa atitude por parte dos partidários de Henrique Coutinho no município e de um intenso debate entre ele e Torquato Moreira".

O Cachoeirano permanecerá na oposição tanto em relação aos pleitos municipais quanto estaduais e, a partir de 1908, ele passa a se denominar apenas *Cachoeirano*. Em 13 de março de 1909⁶, Bernardo Horta deixa de ser redator do jornal, pois se mudou com a família para Guarapari⁷. Com a saída de Horta da redação, o jornal deixa de ter, segundo o próprio jornal, vinculação política, passando a órgão de assuntos gerais, versão muito controversa para aquele período da história em que os jornais eram órgãos dos partidos políticos.

O debate político em O Cachoeirano

A escolha desse periódico justifica-se devido a sua importância como fonte de pesquisa para o historiador interessado nas temáticas relativas à Nova História Política, entre as quais a questão do poder e/ou dos micropoderes. Para Capelato & Prado (2006, p. 19),

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negam-se (sic), pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Desde sua formação, *O Cachoeirano* foi um grande espaço para que o debate político se realizasse. Grandes temas que urgiam no momento foram objeto de

⁶ *O Cachoeirano*, 13/03/1909.

⁷ A mudança de Bernardo Horta está relacionada a sua saúde bem como a questões de endividamento. Para obter mais informações sobre esse assunto, remeto os leitores a SANTOS, 2009, p. 126.

discussão por meio de seus redatores e colaboradores, desde a Abolição da Escravidão, assunto bastante debatido pelos idos 1888, e até antes desse período, passando pelos temas que diziam respeito à república, ao federalismo, ao movimento republicano, entre outros assuntos que, em decorrência do espaço, não poderiam ser demonstrados aqui.

Por meio dele, também é possível ter uma noção de assuntos do cotidiano da cidade e de seus moradores. Por exemplo, os obituários, as grandes epidemias ocorridas no século XIX e início do XX, como a de cólera, assim como suas consequências, tratamentos médicos e medicamentosos, tráfegos de animais e pessoas nas ruas mal conservadas e sem calçamento, questões relativas a clima, da criação de jardins municipais etc., configurando uma importante fonte para o estudo desse período.

Todavia, em virtude da exiguidade do espaço, optou-se por duas questões de cujo debate *O Cachoeirano* participou diretamente: a eleição para o governo municipal de Cachoeiro, em 1896⁸, e a primeira política de valorização do café. Em ambos os casos, houve atuação decisiva de Bernardo Horta de Araújo.

O primeiro evento diz respeito ao pleito municipal em que o Partido Republicano Construtor e a União Republicana Espírito-Santense disputavam o controle sobre o poder municipal. A chapa da União era formada por Argemiro de Macedo, Túlio de Alencar Araripe, agrimensor e fazendeiro na região de Conceição de Castelo, Francisco de Souza Monteiro Sobrinho, fazendeiro, primo de Bernardino e Jerônimo, e Bernardo Horta de Araújo, farmacêutico. O Partido Construtor tinha como concorrentes ao governo Pinheiro Jr., Bernardino Monteiro, Luiz Carlos de Miranda Jordão, fazendeiro da região de Muqui, João de Souza Moura, Cel. Bernardo D' Almeida Ramos, importante fazendeiro também de Castelo (SANTOS, 2009).

Todo o debate ocorrido nessa eleição está registrado tanto em *O Cachoeirano*, jornal da União, quanto em o *Estado do Espírito Santo*⁹, de situação. Porque apenas dois candidatos da União venceram, Bernardo Horta e Carlos Pinheiro de Souza, a União luta para incompatibilizar os candidatos do Partido Construtor, Pinheiro Jr., Bernardino Monteiro e Bernardo De Almeida Ramos. O argumento é o de que eles exerceram funções que não poderiam ser desempenhadas, juntamente com a de governador municipal.

⁸ Sobre essa eleição remeto os leitores a SANTOS, 2009, p. 60-69.

⁹ Jornal da situação durante a Primeira República, cujo fundador foi Moniz Freire. Antes de se chamar o *Estado do Espírito Santo*, denominava-se *A Província do Espírito Santo*. (SALETTTO, 2005, p. 4.)

De 26 de janeiro, em artigo intitulado "As próximas eleições", que trata da manobra construtora para conseguir a vitória, até 31 de maio, em artigo denominado "A posse", cujo conteúdo é a aceitação da decisão da Corte de Justiça do estado em considerar eleitos os candidatos do Partido Construtor, *O Cachoeirano* e a União republicana partem para o ataque.

A eleição, bastante acirrada, realizou-se dia 2 de fevereiro e, uma semana depois, a União Republicana afirmava que o Partido Construtor teria empregado "(...) todos os recursos e meios de que pode dispor quer ameaçando, quer prometendo, quer espalhando notícias falsas com o fim de angariar votação" (*O Cachoeirano*, 09/02/1896).

Feita a apuração, os cinco candidatos do Partido Construtor sagraram-se vitoriosos e apenas dois da União são eleitos, Bernardo Horta e Carlos Pinheiro. Todavia, a União atuou no sentido de incompatibilizar três candidatos da oposição: Bernardino Monteiro, Pinheiro Jr. e Bernardo de Almeida Ramos, conforme afirmado anteriormente. Os argumentos para isto eram que

(...) o Dr. Pinheiro Jr occupa n'esta comarca o cargo de suplente de juiz de direito (...). Bernardo de Almeida Ramos é e tem exercido o lugar de juiz districtal do districto da Estação do Castello (...). o cidadão Bernardino de Souza Monteiro é e tem exercido a profissão de advogado, n'esta comarca (...). (*O Cachoeirano*, 01/03/1896).

Para a União, os cargos de suplente de juiz distrital, juiz distrital e advogado seriam incompatíveis com o de governador municipal, pois, se os candidatos exercessem essas funções, eles poderiam atuar de forma coercitiva sobre os eleitores. Além disso, organizaram outra junta apuradora¹⁰ composta, apenas, por membros de seu partido, com o intuito de rever o resultado alcançado tanto pela União quanto pelo Partido Construtor.

Apesar das tentativas de incompatibilizar os candidatos construtores e como desdobramento dessa eleição, o governador, a Assembleia Legislativa e a Corte de Justiça precisaram intervir, legislando em favor do Partido Republicano Construtor. A Corte de Justiça alegou que os argumentos apresentados pela União eram inconsistentes, pois

10 A primeira junta apuradora era composta por Lafayette José Bernardes, Manoel Pedro Victorino do Rozário, Geraldino Avelino de Freitas, Antônio José Ramos e Eugênio Pires de Amorim. Já a outra junta, instituída pela União Republicana era composta por Francisco Vieira de Almeida Ramos, Longo Batista Pereira, Carlos Pinheiro de Souza, Diogo Pires de Amorim e Antônio Bernardino Ferreira Rios. *O Cachoeirano*, 03/05/1896.

Considerando que esse auxílio é, de todo ponto, indirecto, e repugna até certo ponto ao simples bom senso considerar os advogados como autoridade judiciária, conclusão a que se chegaria si se considerasse compreendidos no artigo . 57 da lei n. 11 e artigo 17 da lei n. 6; Considerando que o suplente de juiz de direito, não percebendo rendimentos effectivamente, e sim acidentalmente, não pode ser tido como empregado público remunerado (Decisão da Corte de Justiça de 01/05/1896, publicada em *Estado do E. Santo*, 07/05/1896).

Assim, o desfecho desse evento foi a posse dos cinco candidatos da situação, Pinheiro Jr., Bernardino Monteiro, Luiz Carlos de Miranda Jordão, João de Souza Moura, Bernardo D'Almeida Ramos e os dois candidatos da oposição, Bernardo Horta e Carlos Pinheiro de Souza. Na ocasião da posse dos candidatos, Bernardo Horta afirma, então, que "(...) só lhes compete submeterem-se na ocasião a esse caso de força maior" (*O Cachoeirano*, 31/05/1896). Não obstante isso, é importante dizer que a atuação da Corte de Justiça, da Assembleia e do próprio governo estadual corrobora os princípios políticos que regem a Primeira República, observando-se a manutenção daqueles indivíduos que estiveram em consonância com a oligarquia que controla o poder em âmbito estadual.

Outro tema em que o debate político aparece com bastante cobertura em *O Cachoeirano* é a política de valorização do café. Esse assunto interessava diretamente aos cachoeiranos, como eram chamados os habitantes de Cachoeiro na época, e capixabas, por causa dos efeitos da crise internacional do café e seus desdobramentos sobre a economia de estados e municípios que dependiam totalmente das rendas provenientes desse produto, mas também porque era debatida por um filho da terra e representante do estado no Congresso. Os representantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, maiores produtores de café do país, haviam se reunido para elaborar um projeto que solucionasse essa crise. Bernardo Horta acabou sendo convidado para participar dessa reunião, apresentando uma proposta de que o governo poderia "(...) crear e regulamentar a bolsa de café, bem como crear typos nacionaes do café"¹¹. Segundo Horta, essa seria uma solução para essa crise já que

(...) a especulação comercial é o elemento que desvaloriza o café de boa qualidade, pois o intermediário mistura o café de má qualidade com o de boa qualidade. No exterior, são separados, mas a origem do que tem boa qualidade não é explicitada. Ele critica os intermediários estrangeiros na venda do café, taxando-os de desleais e terríveis, defendendo que o nosso café deveria ser vendido em bolsas, em leilão, em tipos nacionais (SANTOS, 2009, p. 113).

11 *O Cachoeirano*, 12/11/1903, citando discurso de Bernardo Horta de 14/10/1903 no Congresso Nacional.

Para Horta, a criação dessas bolsas de café e de cafés de tipos nacionais diminuiria a participação dos atravessadores no processo de venda do produto no exterior, assim como daria oportunidade a um maior controle do Estado sobre a venda desse produto. Além disso, Horta afirma que a solução para a crise seria "(...) reduzir a produção, aumentando o consumo". Para aumentar o consumo era preciso evitar as falsificações, tarefa bastante difícil, pois o Estado não daria conta desse trabalho. Defendeu também o fornecimento de auxílios aos produtores por parte do governo.

Questionado pelo deputado Eduardo Ramos sobre se o governo deveria intervir na seleção dos cafés no mercado de consumo, Horta afirmou que ao governo caberia regular, uma vez que a intervenção seria atribuição do comércio. Sem essas medidas, diz Horta, nunca se poderá valorizar o café, "(...) excepto se se quiser esvasiar os cofres nacionais, (...) desbaratar as economias particulares sem conseguir-se (...) o mínimo resultado prático"¹².

Considerações finais

É possível afirmar que *O Cachoeirano* desempenhou um papel muito importante na divulgação dos assuntos políticos que circularam tanto em nível municipal, quanto estadual e federal no Espírito Santo durante a Primeira República. Em parte do período aqui analisado ele atuou ora na oposição, ora na situação, sempre seguindo o posicionamento de Bernardo Horta, seu mais importante redator, hipótese comprovada ao longo do texto.

Os objetivos aqui propostos foram alcançados à medida que foi possível mostrar a trajetória do jornal em consonância com a trajetória de Bernardo Horta, além de terem sido demonstrados alguns dos muitos temas discutidos por ele e por meio dele. Assim, buscou-se reforçar o papel desse jornal como importante fonte histórica para a compreensão do cotidiano político da República no Espírito Santo e em Cachoeiro, das disputas, das alianças, do sistema político, além de aspectos sociais, econômicos e culturais, muito valorizados pela História Política.

¹² *O Cachoeirano*, 22/11/1903, citando discurso de Bernardo Horta de 14/10/1903 no Congresso Nacional.

Como fonte histórica, *O Cachoeirano* apresenta-se como um recurso imprescindível para quem deseja conhecer e construir a história política do Espírito Santo e de Cachoeiro de Itapemirim na Primeira República. Conforme argumenta Luca (2006, p. 128), não é possível que as renovações no estudo da História Política dispensem a imprensa, uma vez que ela registra cotidianamente lances dos embates na arena do poder, entre tantas outras questões importantes para a compreensão dos momentos históricos.

THE CACHOEIRANO AND POLITICAL DEBATE IN THE ESPÍRITO SANTO OF THE FIRST REPUBLIC (1887-1909)

Abstract: “*O Cachoeirano*” was a newspaper from Cachoeiro de Itapemirim during the First Republic and it is an important source for the study about the Political History from Espírito Santo. During its validity, it was a voice for the political guidance from its most illustrious editor: Bernardo Horta de Araújo. The aim of this paper is to analyze the trajectory of this newspaper as a political space in a period when Bernardo Horta was its editor; highlighting its language, some of the main themes discussed on it, and its value as a historical source. The hypothesis is the trajectory of the newspaper is connected with Bernardo Horta’s own trajectory and it will follow the same direction as him throughout his political career.

Keywords: New Political History; *O Cachoeirano*; First Republic

Referências

Periódicos

O Cachoeirano. Cachoeiro de Itapemirim. 1887-1908.

Cachoeirano. Cachoeiro de Itapemirim. 1908-1909.

O Estado do Espírito Santo. Vitória. 1896.

Bibliografia

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAMPELLO DE SOUZA, M. do C.. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTTA, C.G. (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980, p. 162-226.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MARINS, A. *Minha terra e meu município*. Rio de Janeiro, 1920. (mimeo)

MARTINUZZO, J. A. (org.). *Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 2003.

SALETTTO, N. *Partidos políticos e eleições no Espírito Santo da Primeira República*, 2005. (inédito)

_____. *A política capixaba na Primeira República*, 2008. (inédito)

SANTOS, A. S. *Um republicano histórico no Espírito Santo da Primeira República: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913)*. Dissertação Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2009, 142 páginas.

SOBRE O AUTOR

Adilson Silva Santos - Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo; professor de História do Centro Universitário São Camilo.

Recebido em 06/09/13

Aceito em 29/11/13